



Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere os incisos IV e XVII do art. 16 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 9, de 17 de abril de 2001, com fundamento no inciso V do art. 12 e inciso IV do art. 13, ambos da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o que consta no Processo no 02501.002271/2003-35, resolveu, ad referendum da Diretoria Colegiada:

Art.1o Outorgar à Prefeitura Municipal da Estância Hidro-mineral de Lindóia, doravante denominada Outorgado, CNPJ nº 45.678.000/0001-83, o direito de uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes tratados nas águas do Rio do Peixe, com a finalidade de saneamento básico do Município de Lindóia, Estado de São Paulo. O inteiro teor da Resolução de outorga, bem assim todas as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVII do art. 16 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 9, de 17 de abril de 2001, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 118ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de janeiro de 2004, com fundamento nos incisos I, II, VI, VIII e IX do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu:

Art. 1o Os artigos 6º e 7º, inciso I, da Resolução nº 318, de 26 de agosto de 2003, passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafo único e alínea, respectivamente:

“Art.6º.....
.....

Parágrafo único. A compensação de valores com aqueles correspondentes às parcelas vincendas poderá ser feita de ofício quando constatado pela ANA o recebimento de valores a maior ou indevido, observando-se o disposto nos itens II e III deste artigo.

Art.7º.....
.....

I.....
i) manifestar-se tecnicamente sobre pleitos em que sejam constatados, de ofício, recebimentos de valores a maior ou indevidamente, oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.”

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 19 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 09, de17 de abril de 2001, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 118ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de janeiro de 2004, com fundamento no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e considerando a necessidade de adequar a alocação dos cargos comissionados de que trata o art. 18 - A da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.143-33, de 31 de maio de 2001, resolve:

Art. 1º Alterar os quantitativos e a distribuição dos Cargos Comissionados nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Resolução nº 151, de 23 de julho de 2002.

JERSON KELMAN

ANEXO

QUANTITATIVOS E DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS COMMISSIONADOS DA AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

CARGO COMIS-SIONADO		SITUAÇÃO ANTERIOR Resolução nº 151, de 23 de julho de 2002		SITUAÇÃO ATUAL	
Nível	Valor (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$)
CD-I	8.362,80	1	8.362,80	1	8.362,80
CD-II	7.944,66	4	31.778,64	4	31.778,64
CGE- II	6.690,24	22	147.185,28	15	100.353,60

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 18, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º, da Lei 5.966, de 11 de dezembro de 1973, em conformidade com o estatuído no artigo 3º, incisos II e III, da Lei 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e nas alíneas "a" e "c", respectivamente do subitem 4.1 e do item 42, ambos da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º. - A comercialização do produto "tinta para impressora", acondicionado em cartucho, deverá ter sua indicação quantitativa expressa na embalagem, em unidades legais de volume, seus múltiplos e submúltiplos.

Parágrafo único - Quando o cartucho contiver tintas de cores diversas, a indicação do conteúdo nominal deverá expressar a totalidade do volume de tintas.

Art. 2º. - Este ato será publicado no Diário Oficial da União, iniciando-se sua vigência em 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua veiculação.

ARMANDO MARIANTE CARVALHO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 10, DE 15 DE JANEIRO DE 2004

A SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 51 da Resolução nº 201, de 30 de agosto de 2001, com redação alterada pela Resolução nº 236, de 02 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa TAMBORÉ EMBALAGENS S/A, a proceder a alteração contratual, referente à mudança de controle da sociedade, em decorrência da incorporação da sócia majoritária, ALCOA ALUMÍNIO S/A [GRUPO ALCOA], pela SBG-PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A [GRUPO AMCOR], nos termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 119/2003-SPR/CGAPI/COPIN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

PORTARIA Nº 16, DE 20 DE JANEIRO DE 2004

A SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 51 da Resolução nº 201, de 30 de agosto de 2001, com redação alterada pela Resolução nº 236, 2 de setembro de 2003, e considerando os termos do Parecer nº 425/2003 - PROJU da Procuradoria Jurídica da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º Homologar a alteração contratual da empresa DOUGLAS INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA., na qual ocorreu a incorporação da empresa DDA ELETRÔNICA LTDA.

Art. 2º Estabelecer que todos os direitos e obrigações consignados nas Resoluções nº 261, de 16/12/1983, nº 277, de 28/6/1993, nº 49, de 28/6/1993, nº 403, de 3/11/1993, nº 39, de 9/8/1996, nº 93, de 1/8/1997, nº 142, de 10/10/1997, nº 81, de 4/5/1999 e nº 190, de 5/11/1999, emitidas pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, em nome da empresa DDA ELETRÔNICA LTDA, sejam transferidos à DOUGLAS INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, nos termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 102/2003-SPR/CGAPI/CODAV.

Art. 3º Ressalvar, tendo em vista decisão judicial concedida à empresa incorporada em Ação Ordinária-Tributária ou qualquer outra ajuizada contra a União, que a extensão dos benefícios oriundos daquela, não são estendidos a empresa incorporadora, no tocante a cobrança das taxas e emolumentos devidos por esta, a contar da data do registro da incorporação junto aos órgãos competentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.352/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.354/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.356/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.364/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.425/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Cáceres-MT
866.426/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Cáceres-MT
866.607/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.609/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.651/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Porto Esperidião-MT
866.652/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Porto Esperidião-MT
866.692/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.801/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.802/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.803/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.804/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.805/94 - Of. 1.283/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
867.205/94 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.501/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.502/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
866.504/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
867.240/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
867.241/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
867.242/95 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
766.027/96 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda-MT
869.959/97 - Of. 1.288/03 - Mineração Silvana Indústria e Comércio
Ltda - Pontes e Lacerda/Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
866.148/03 - Of. 1.287/03 - Carlos José Fernandes - Pontes e Lacerda-MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nos termos do art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, e das Leis 7.990/89 e 8.001/90 e 9.993/200, fica o abaixo relacionado NOTIFICADO a recolher os valores à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, ou apresentar defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação executiva fiscal. (5.49)
866.029/1998 - ELETRONORTE-Centrals Elétricas do Norte do Brasil S/A - CNPJ 00.357.038/0001-16 Valor: R\$ 1.248.647,73
FASE DE LICENCIAMENTO
Determina o cumprimento de exigência, do ofício que menciona, no prazo de 60 (sessenta) dias. - (7.18)
866.246/00 - Of. 002/04 - Terconi Terraplenagem Construção e Obras Ltda - Mirassol DOeste-MT
Defere o Registro de Licença - (7.30)
866.494/03 - Seabra Dragagem Ltda-ME - Cuiabá-MT - Licenciamento nº 431/2004 de 20/01/2004 - Substância: Areia e Cascalho - A partir de 22/08/2003 - Prazo: 01 (um) ano.

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

PORTARIA Nº 15, DE 21 DE JANEIRO DE 2004

O SECRETÁRIO DE MINAS E METALURGIA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2003, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do processo DNPM nº 890106/1998, resolve:

Art. 1º Outorgar à MATA ATLÂNTICA DE TERESÓPOLIS MINERADORA LTDA ME, concessão para lavrar ÁGUA MINE-RAL no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, numa área de 4,38ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 3,200m, no rumo verdadeiro de 54°30'SE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 22°24'55,9"S e Long. 42°54'06,7"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 175m-E, 250m-S, 175m-W, 250m-N.

Art. 2º Fica estabelecida como área de proteção desta fonte, o perímetro delimitado pela poligonal descrita no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.(Cód. 4.00)

GILES CARRICONDE AZEVEDO